

BJIR

Brazilian Journal of
International Relations

ISSN: 2237-7743 | Edição Quadrimestral | volume 9 | edição nº 3 | 2020

*O que vem antes das teorias da
integração? A ideia de integração
internacional no século XIX*

Bruna Rohr Reisdorfer

 Igepri
Instituto de Gestão Pública e
Relações Internacionais

 unesp
Universidade Estadual Paulista
"Júlio de Mesquita Filho"

A Brazilian Journal Of International Relations (BJIR) está indexada no International Political Science Abstracts (IPSA),
EBSCO Publishing e Latindex

O QUE VEM ANTES DAS TEORIAS DA INTEGRAÇÃO?

A ideia de integração internacional no século XIX

Bruna Rohr Reisdorfer¹

Resumo: O estudo se configura como esforço exploratório inicial para verificar se há aspectos comuns nas principais instrumentalizações da integração internacional como projeto político durante o século XIX e se há, portanto, capacidade de abstração e generalização destas ideias para diálogo com o campo de estudo das Teorias da Integração. Partiu-se da pergunta de pesquisa: quais os objetivos dos principais projetos de integração internacional no século XIX? Defende-se a hipótese de que os principais projetos de integração internacional no século XIX defendiam-na como um projeto político para alcançar a estabilidade e a prosperidade de suas unidades através da busca por (i) segurança interna e externa, (ii) escala econômica e (iii) estabilidade social. Como metodologia, utiliza-se o analiticismo (Jackson, 2011). Como método, utiliza-se análise de fontes primárias (isto é, as obras originais dos autores selecionados: Saint-Simon, Símon Bolívar, Victor Hugo e Eduard Bernstein) e revisão sistemática de literatura. Conclui-se que as três esferas elencadas são interdependentes e compõem os pilares da ideia de integração internacional no século XIX - permitindo desta forma, a construção de um modelo de análise que leva em consideração a motivação por trás da integração e não somente o seu processo ou sua condição final como o fazem as Teorias da Integração. Contribui-se, pois, ao debate do porquê entidades políticas independentes cooperam – o que pode auxiliar nos debates atuais acerca da crise nas instituições multilaterais.

Palavras-chave: Integração Internacional; Teorias da Integração; Segurança; Escala; Estabilidade Social.

WHAT COMES BEFORE THE INTEGRATION THEORIES?

The idea of international integration in the 19th century

Abstract: The study is an initial exploratory effort to verify if there are common aspects in the main instruments of international integration as a political project during the 19th century and if there is, therefore, a capacity for abstraction and generalization of these ideas for dialogue with the field of study of Integration Theories. It started from the research question: what are the objectives of the main international integration projects in the 19th century? The hypothesis is that the main international integration projects in the 19th century defended it as a political project to achieve the stability and prosperity of its units through the search for (i) internal and external security, (ii) economic scale and (iii) social stability. Analyticism is used as methodology (Jackson, 2011). As a method, primary source analysis (that is, the original works of the selected authors: Saint-Simon, Símon Bolívar,

¹ Analista de Defesa e de Relações Internacionais. Doutoranda em Estudos Estratégicos Internacionais pela UFRGS. Mestra em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Email: brunareisdorfer@gmail.com

Victor Hugo and Eduard Bernstein) and systematic literature review is used. It is concluded that the three listed spheres are interdependent and are the pillars of the idea of international integration in the 19th century. This allow the construction of an analysis model that takes into account the motivation behind the integration and not only its process or its final condition as Integration Theories do. It contributes, therefore, to the debate of why independent political entities cooperate - which can help in the current debates about the crisis in multilateral institutions.

Keywords: International Integration; Integration Theories; Security; Scale; Social Stability.

I. Introdução

O tema da integração política sempre esteve presente nos debates de pensadores e políticos, seja como modelo de reforma interna do Estado (Montesquieu, 1960; Hamilton, 1787; Hume, 1752) ou como modelo de relações internacionais a nível regional ou mundial (Bolívar, 1815; Saint-Simon, 1803; Kant, 2010). Portanto, o tema da integração na esfera internacional precede a consolidação formal do campo de estudo das Relações Internacionais² e ocupa a intersecção entre esta área e a de Ciência Política.

Todavia, os trabalhos enquadrados na literatura de Relações Internacionais como Teorias da Integração não representam esta longa tradição e classificam como pertencentes ao campo somente os esforços de construção teórica do século XX (que tem como referencial empírico o atual processo de integração europeu) (Dougherty, Pfaltzgraff, 1971; Eilstrup-Sangiovani, 2006). O campo teórico se foca majoritariamente no debate sobre modelos de integração a nível regional e sobre a integração se constituir em um processo ou uma condição final (Rosamond, 2000; Dougherty, Pfaltzgraff, 1971). Mas não dão enfoque nas motivações que levam as unidades a se integrarem. Portanto, mesmo que argumentem e debatam sobre a integração internacional visando a construção de modelos generalistas, desenvolvem-nos sob um viés eurocêntrico e temporal e dessa forma, com objetivos políticos - mesmo que não explícitos. Ademais, poucos trabalhos buscam analisar e recuperar as ideias de pensadores que se debruçaram sob a integração internacional como um projeto explicitamente político e

² A estruturação formal do campo de estudo das Relações Internacionais se deu no pós-Primeira Guerra Mundial devido à necessidade de estudar, entender e buscar evitar novos conflitos com a escala atingida pela Primeira Grande Guerra (Dougherty, Pfaltzgraff, 1971). Assim, a busca pela paz através de propostas de integração estão, pois, diretamente interligados com a estruturação do campo das Relações Internacionais no século XX.

em outros momentos históricos a fim de verificar se há aspectos comuns (passíveis de generalização) para diálogo com as chamadas Teorias da Integração.

Portanto, o objetivo da presente pesquisa é apresentar os projetos explicitamente políticos (sem pretensões teóricas iniciais) de integração internacional de pensadores do século XIX e verificar, assim, se há aspectos comuns em suas ideias que possam permitir a sua generalização e sistematização para futuro diálogo com os pensadores do século XX que formam o campo teórico das Teorias da Integração. Partiu-se da seguinte pergunta de pesquisa: quais os objetivos dos principais projetos de integração internacional no século XIX? Trabalha-se com a hipótese de que os principais projetos de integração internacional no século XIX defendiam-na como um projeto político para alcançar a estabilidade e a prosperidade de suas unidades através da busca por (i) segurança interna e externa, (ii) escala econômica e (iii) estabilidade social.

Optou-se pela delimitação temporal do século XIX, pois temporalmente são os debates mais próximos das Teorias da Integração que se encontram no pós-Revolução Industrial. Quanto à escolha das obras analisadas, decidiu-se pelo enfoque nos trabalhos de Saint-Simon (1760 – 1825), Símon Bolívar (1783 – 1830), Victor Hugo (1802 – 1885) e Eduard Bernstein (1850 – 1932). Saint-Simon e Victor Hugo porque assim como os teóricos da integração, ambos têm o enfoque na Europa ocidental. Ademais, representam a visão capitalista liberal para a integração internacional (Swedberg, 1994; Hugo, 1849). Símon Bolívar direciona o seu projeto político para a independência da América Hispânica, representando um projeto de integração não europeu (Bolívar, 1815). Por fim, optou-se pela escolha de Eduard Bernstein (mesmo que a maior parte de sua obra se encontre no início do século XX), pois apresenta um modelo de integração não capitalista e anterior aos projetos europeístas que formam a base das Teorias da Integração (Ostrowski, 2018). Assim, quando analisada a ideia de integração sendo instrumentalizada para alcançar objetivos de diferentes realidades políticas e socioeconômicas, garante-se a sua análise como instrumento político e não somente teórico.

Como metodologia, utiliza-se o analiticismo, explicado por Jackson (2011) como a forma de interpretar os dados coletados através da observação de padrões e da abstração a fim de diminuir a sua complexidade e assim poder analisá-los. Ordena-se os dados de acordo com um modelo. A validade deste modelo não se dá primariamente na correspondência direta dele com a realidade empírica, mas sim na sua capacidade pragmática de ordenar de forma lógica e coerente os fatos empíricos (Jackson, 2011). Este esforço se justifica, uma vez que um dos objetivos da presente pesquisa é justamente o seu possível diálogo com os movimentos de teorização do campo da integração internacional. Como técnica para coleta dos dados a serem

analisados, será utilizada análise de fontes primárias (isto é, as obras originais de Saint-Simon, Símon Bolívar, Victor Hugo e Eduard Bernstein) e revisão sistemática de literatura (Knopf, 2006) para dar suporte à interpretação dos dados coletados e para diálogo com as Teorias da Integração. Conclui-se que as três esferas elencadas (segurança, escala e estabilidade social) são interdependentes e compõem os pilares da ideia de integração internacional no século XIX - permitindo desta forma, a construção de um modelo de análise que leva em consideração a motivação por trás da integração e não somente o seu processo ou sua condição final como o fazem as Teorias da Integração. Mesmo que o trabalho se configure como esforço exploratório inicial, contribui-se, pois, ao debate do porquê entidades políticas independentes cooperam – o que pode auxiliar nos debates atuais acerca da crise nas instituições multilaterais.

A estrutura do artigo se divide em quatro etapas após esta introdução: (1) revisão bibliográfica das Teorias da Integração para apresentação de como o tema da integração internacional é tratado no debate teórico e como a presente pesquisa dialoga com elas; (2) apresentação da ideia de integração internacional no século XIX sob a ótica dos autores selecionados; (3) análise dos dados coletados através da construção do modelo de análise proposto e (4) considerações finais acerca da capacidade de generalização das diferentes instrumentalizações da integração internacional como projeto político durante o século XIX, de sua capacidade de diálogo com o campo de estudo das Teorias da Integração e considerações acerca da capacidade de contribuição do trabalho para os debates atuais sobre a crise nas instituições multilaterais.

II. As Teorias da Integração: a integração internacional como construção teórica

Como explicitado anteriormente, é somente após o fim da Primeira Guerra Mundial, da estruturação formal do campo científico das Relações Internacionais no século XX e especialmente após o fim do projeto da Liga das Nações (que visava regular a relação interestatal) é que houve a sistematização em forma de teorias e modelos de novas alternativas de alcançar a paz e eliminar a lógica destrutiva dos Estados-Nação.

Portanto, o tema da integração internacional na literatura de Relações Internacionais ocupa espaço de intersecção entre os estudos sobre política internacional de modo geral e os estudos focados na integração regional (regionalismos). Os estudos acerca da política internacional, geralmente classificados como as Teorias de Relações Internacionais (realismo, liberalismo, construtivismo...) trabalham com o fenômeno da integração como um resultado

do Sistema Internacional e das relações entre as suas unidades e não somente como exemplos de casos regionais historicamente únicos e não replicáveis. O debate entre elas se dá no sentido de quais fatores atuam condicionando as dinâmicas e o ritmo da integração: as instituições, as construções sociais ou o Estado (Keohane; Nye, 1971; Kurowska; Breuer, 2012; Mearsheimer, 1995). Isto é, o seu foco é nos mecanismos que levam à integração. Por sua vez, os estudos focados na integração regional (regionalismos) desenvolvem análises sobre os modelos que a integração pode adquirir com ou sem a centralidade do Estado no processo de integração. Isto é, seu debate se dá entre a vertente supranacionalista que teoriza acerca dos modelos de integração em que após a sua criação há a transferência da capacidade de agência das unidades para a nova entidade criada e a vertente intergovernamental, que desenvolve um modelo de integração no qual as unidades continuam sendo autônomas e tendo papel de agentes sob a nova entidade criada (Rosamond, 2000; Eilstrup-Sangiovani, 2006).

Pelo continente europeu possuir um dos projetos de integração internacional mais profundos do mundo e portanto, com maior número de estudos acerca de seu processo, a literatura de Relações Internacionais frequentemente classifica somente os estudos baseados no continente europeu após a Segunda Guerra Mundial (Estudos Europeus) como compondo as Teorias da Integração (Rosamond, 2000; Eilstrup-Sangiovani, 2006). Assim, se utiliza modelos e abstrações construídos com base na experiência europeia do século XX e XXI (tida como exemplo de sucesso) como modelos universais de integração. A ideia de integração internacional operacionalizada como modelo teórico é, portanto, regional e temporalmente viesada. Há trabalhos nas Teorias da Integração que classificam os esforços do pós-Primeira Guerra Mundial para construção de futuros projetos de integração como Pré-Teorias da Integração, pois elas teriam sido desenvolvidas antes do início do processo de integração europeu. Este corpo de ‘pré-teorias’ seria a base para os debates atuais da Teoria da Integração. São elas: o federalismo, o funcionalismo e o transacionalismo (Eilstrup-Sangiovanni, 2006).

De forma geral, para o federalismo, as unidades territoriais antes separadas transfeririam autoridade para as instituições centrais comuns, mas manteriam certa autonomia, permanecendo como unidades. A vertente federalista não possui delimitação clara na literatura. Isso se deve porque ela se configurou como um projeto político, em vez de uma escola do pensamento. Buscava-se desenvolver uma Europa unida, com base em análises de outras federações, como a norte americana (Spinelli; Rossi, 1941). Os seus defensores argumentavam que problemas políticos requerem soluções políticas. Basicamente, os membros do movimento defendiam a ideia de que o Estado-Nação havia perdido sua

capacidade de garantir a segurança política e econômica de seus cidadãos. Por isso, essa unidade de organização política deveria transferir os seus direitos para uma unidade que as englobasse e que construísse através de uma assembleia constituinte (eleita por voto popular) uma constituição (Rosamond, 2000). Isto é, o Estado permaneceria sendo um ator no Sistema Internacional, mas a federação internacional seria uma forma de maximizar os objetivos comuns através da eficiência de escala. Isso se daria através da transmissão de autoridade central para a federação que em troca devolveria autoridade em alguns domínios políticos (Spinelli; Rossi, 1941). O fato de defenderem que é possível coincidir unidades autônomas com harmonia na conquista dos objetivos comuns, é a característica central que os diferencia das outras vertentes teóricas.

O funcionalismo, tem seu foco não na forma ideal de sociedade internacional, mas sobre quais deveriam ser as suas funções. O funcionalismo reside na ideia de mudança das relações mundiais de uma visão do Estado como ator principal das políticas de poder, para uma visão positiva acerca da natureza humana (Mitrany, 1943). As necessidades humanas são o elemento central da vertente e não a consecução de uma organização estatal. Isso se deve, pois, acreditam que algumas necessidades humanas têm caráter transnacional e a existência de Estados-Nação impediria a sua maximização. Isso porque o Estado foca na busca de sua própria manutenção e na manutenção do poder pelos homens. Além disso, uma forma rígida de nacionalidade constrangeria a capacidade de pensar de forma inovativa. Por isso, as instituições devem exercer somente as funções que lhes foram dadas (Mitrany, 1943). Isto é, tem-se uma visão tecnocrática da governança humana.

Diferentemente das duas outras vertentes, o transacionalismo visa teorizar condições para a estabilização do modelo de Estados-Nação através do aumento da interação e da comunicação até o desenvolvimento de identidade coletiva (Eilstrup-Sangiovani, 2006). Ou seja, as organizações internacionais teriam o papel de manter o equilíbrio e a paz entre os países. Dessa forma, a integração seria a conquista de um senso de segurança em uma região ou entre um grupo de Estados através de lealdades comuns (Deutsch et al., 1957). A comunicação (ou seja, as transações) seria o elemento central da mobilização social das comunidades, pois teria sido também central para os processos históricos de desenvolvimento nacional (Rosamond, 2000; Eilstrup-Sangiovani, 2006). A ideia era operacionalizar comunidades de segurança, que são comunidades políticas onde a expectativa da guerra é minimizada. Isto é, a integração seria a consecução em um território de um sentimento de comunidade em que as instituições e práticas (as transações) fossem tão fortes que

assegurassem por um longo período expectativas dependentes de mudança pacífica entre sua população (Deutsch et al., 1957).

Com o desenvolvimento empírico da integração europeia durante os anos 1950 – 1960, novas investidas teóricas surgiram com enfoque no processo europeu. São estas teorias que a literatura classifica como as Teorias da Integração. O neofuncionalismo de Ernest Haas, foi a visão predominante na área durante os anos 1950-1960 e continua sendo um dos modelos de integração seguidos por teóricos de outras regiões (como o Mercosul) por sua ideia de etapas integrativas (Becker, 2002). Representante da corrente supranacionalista, a teoria tem foco na relação entre integração econômica e processo político (Eilstrup-Sangiovanni, 2006). É justamente pelo acréscimo do elemento político (isto é, relações de poder) que Haas visava refinar as ideias do funcionalismo de Mitrany, pois segundo ele, a politização gradual dos atores no processo de integração é crucial para a sua consecução (para Mitrany a integração era apenas um processo técnico e burocrático). Segundo Haas (1968), os atores tornam-se politizados porque, em resposta aos propósitos técnicos iniciais, eles têm de encontrar os meios considerados apropriados para alcançá-los. Diretamente interligada a esta ideia e central ao argumento do autor, está o conceito de *spill-over* (transbordamento), tratado por Mitrany como ramificação. Segundo ele, a construção de soluções institucionais funcionais no setor econômico acabaria desenvolvendo movimento próprio, transbordando para outros setores, devido ao acordo político necessário para implementação das decisões técnicas acordadas. Por conseguinte, os atores políticos antes baseados em estruturas políticas nacionais, transfeririam a sua lealdade para um centro de autoridade política a nível regional (Haas, 1968). Portanto, seriam as próprias instituições supranacionais que teriam papel catalizador para o aprofundamento da integração (Eilstrup-Sangiovanni, 2006). Por esta visão, a cooperação seria mais facilmente alcançada naquelas áreas em que há alta atividade transnacional.

A contínua crítica intergovernamentalista, a crise econômica nos anos 1970 que trouxe a ressurgência de sentimentos nacionalistas e a experiência empírica europeia, fizeram com que durante os anos 1960-1970 a teoria neofuncionalista sofresse revisões. Houve reconhecimento do escopo limitado da teoria, admitindo que o transbordamento não é um processo automático e que as instituições não têm poder de agência autônomo dos governos dos Estados membros se a consciência nacional das elites não for enfraquecida (Eilstrup-Sangiovanni, 2006). Assim, o *spill-over* (transbordamento funcional) seria somente uma das opções de aprofundamento da integração. As instituições poderiam provocar também o que

passaram a chamar de *spill-around* (aumento no escopo, mas não no nível da integração) e *spill-back* (decréscimo no nível ou no escopo da integração) (Haas, 1968).

Portanto, durante os anos 1970, as teorias com visão intergovernamental para a integração regional ganham maior predominância. Por esta visão, as instituições internacionais são vistas como facilitadoras da integração entre os Estados soberanos que continuariam formando as suas preferências de forma unitária e doméstica. Assim, as instituições internacionais não teriam lógica própria independente e gradual para o aprofundamento da integração econômica e após para a integração política. Ou seja, as instituições regionais existiriam pelo tempo em que elas servissem aos interesses dos seus Estados membros. Dessa forma, a barganha intergovernamental seria a força geradora da integração e de suas instituições (Moravcsik, 1993). Stanley Hoffman, principal teórico das primeiras críticas intergovernamentalistas às abordagens supranacionalistas na Europa, separa a política internacional em ‘baixa política’ (questões técnicas e não controversas; representativas de uma pequena fração dos recursos de uma nação) e ‘alta política’ (questões relacionadas aos interesses vitais dos Estados, como diplomacia e estratégia nacional). Portanto, haveria maior propensão para a integração no nível das baixas políticas, pois seria onde haveria mais pontos convergentes (Hoffman, 1966).

A crítica intergovernamentalista nos anos 1990 em resposta à reformulação das visões supranacionalistas, mantém a centralidade do Estado no processo de desenho e de manutenção das instituições regionais, mas acrescenta atores a nível doméstico dos Estados (como grupos de barganha internos) como tendo papel no desenvolvimento interno das preferências dos Estados. Todavia, convém explicitar que o Estado continuaria atuando de forma unitária na esfera internacional. Esta visão é classificada como Intergovernamentalismo Liberal (Moravcsik, 1993). O comportamento dos Estados refletiria, pois, as ações racionais dos governos constrangidos internamente pelas pressões da sociedade doméstica e externamente pelo ambiente estratégico. Um entendimento sobre as preferências e o poder dos Estados Membros seria, para o autor, um ponto lógico de começo para a análise das instituições europeias (Moravcsik, 1993).

Conforme pode ser visto, a teorização acerca da integração internacional está totalmente interligada aos desenvolvimentos empíricos do projeto de integração europeu. Conforme as previsões teóricas de transbordamento do neofuncionalismo não ocorreram, houve reformulações da teoria. Este processo continua acontecendo, conforme mudanças no Sistema Internacional ocorrem. Por exemplo, a partir dos anos 1990 com o fim da Guerra Fria e o otimismo neoliberal, houve o surgimento das visões construtivistas e perspectivas críticas

que focam no papel da intersubjetividade e de mecanismos de socialização (ou seja, elementos não materiais) como os motores dos processos de integração (Eilstrup-Sangiovanni, 2006). Assim, evidencia-se que os trabalhos que tratam o tema da integração internacional como elemento teórico, nada mais são do que análises do caso europeu e não abstrações que possam levar a um quadro-teórico mínimo sobre a integração internacional.

Ademais, os trabalhos que visam operacionalizar o tema da integração internacional para a construção teórica, se focam somente em analisar a integração como um processo ou como uma condição final. Por exemplo os federalistas, os transacionalistas e intergovernamentalistas entendem a integração como uma condição alcançada por seus membros. Já os funcionalistas e neofuncionalistas entendem a integração como um processo de transbordamento. Ao se focarem somente no processo ou no resultado (condição final), as teorias perdem a sua validade rapidamente, pois ficam sujeitas às especificidades de cada momento histórico ou região e não conseguem servir como instrumento de entendimento das diversas realidades empíricas. Se as teorias se focassem no mapeamento e análise dos objetivos que levam as unidades a se integrarem, em vez de em seus mecanismos ou desenhos institucionais, seria possível alcançar uma abstração maior e possivelmente um modelo teórico mais amplo e funcional. Além disso, mesmo que os teóricos da integração argumentem que as unidades adotam comportamentos integrativos devido às expectativas de ganhos conjuntos ou de penalidades (Dougherty, Pfaltzgraff, 1971), acabam enfatizando somente a primeira. Isso se deve pois, partem do pressuposto de que para a integração ocorrer, as unidades têm de ter pontos convergentes (como interdependência econômica, fronteira territorial e/ou aproximação política ou cultural). Há, por conseguinte, grande negligência do papel do conflito e das divergências como catalizadores da integração. Portanto, ao não se focar nas causas da integração, as chamadas Teorias da Integração deixam de fora a análise do contexto estrutural e histórico e dos elementos políticos que levaram a Europa a desenvolver o seu modelo de integração regional justamente após uma guerra mundial.

III. Integração Internacional no Século XIX: a integração como projeto político

Esta seção visa descrever as principais ideias de integração internacional no século XIX, o seu contexto histórico e demonstrar o seu aspecto de projeto político. Mesmo que não apresentassem o objetivo explícito de desenvolver generalizações e criar modelos de análise, argumenta-se na seção 4 que estes projetos possuem capacidade de abstração para diálogo sobre modelos de integração.

III.1. Saint-Simon (1760 – 1825) e a Monarquia Parlamentarista Europeia

(...) esta necessidade de instituições gerais que é tão urgentemente sentida pelas convulsões da Europa, tudo me diz que o exame das grandes questões políticas será o objetivo do trabalho do nosso tempo. (...) A falta de instituições leva à destruição de toda sociedade; as antigas instituições prolongam a ignorância e os preconceitos da época em que elas foram criadas. Seremos forçados a escolher entre a barbárie e a tolice? Escritores do século XIX, cabe a vocês levar esta triste alternativa para longe de nós. A ordem social foi virada de cabeça para baixo, porque já não se adequava ao Iluminismo; cabe a você criar uma melhor: o corpo político tem sido dissolvido, cabe a você colocá-lo novamente junto (Saint-Simon; Thierry, 1814, p. 9).³

Saint-Simon viveu no contexto europeu da Primeira Revolução Industrial, das revoluções burguesas e do Iluminismo na passagem do século XVIII para o XIX. O contexto da época, de uma Europa decadente das estruturas absolutistas e não seculares do Antigo Regime e então sob vistas de ser restaurada sob a ordem do Congresso de Viena influenciaram diretamente o seu projeto político para a Europa. A base de seu argumento é a defesa de uma Europa monarquista parlamentar, industrial e liberal aos moldes da monarquia parlamentarista inglesa, tida pelo autor como exemplo de sucesso e superioridade (Saint-Simon; Thierry, 1814). O momento mais expressivo de seu pensamento a favor de uma Europa unificada se dá no panfleto desenvolvido com Augustin Thierry para embasar as negociações pós-guerras napoleônicas no Congresso de Viena. Em “De la reorganisation de la societe europeen” (em português, Reorganização da Sociedade Europeia) de 1814 o seu grande enfoque era a necessidade de prevenir a Europa de novos conflitos para que fosse possível prosperar economicamente (Saint-Simon; Thierry, 1814). Com a defesa da adoção do modelo inglês de governança política percebe-se que o seu objetivo político era a manutenção do status de hegemonia britânica através do controle - pela integração em vez da guerra - do poderio francês. Portanto, indiretamente, Saint-Simon apresentava uma alternativa à política da balança de poder na Europa. O autor argumentava que o início da construção de um parlamento europeu deveria se dar pela construção de um parlamento anglo-francês com predominância britânica (Saint-Simon; Thierry, 1814).

Saint-Simon defendia a monarquia parlamentarista como a melhor estrutura política para lidar com as novas demandas sociais e relações de poder advindas da Revolução

³ Do original em francês: “(...) ce besoin d'institutions générales qui se fait sentir si impérieusement par les convulsions de l'Europe, tout me dit que l'examen des grandes questions politiques sera le but destravaux de notre temps. (...) Le défaut d'institutions mène à la destruction de toute société; les vieilles institutions prolongent l'ignorance et les préjugés du temps où elles sont faites. Serons-nous contraints de choisir entre la barbarie et la sottise? Ecrivains du dix-neuvième siècle, à vous, seuls appartient de nous ôter cette triste alternative. L'ordre social a été bouleversé, parce qu'il ne convenait plus aux lumières; c'est à vous d'en créer un meilleur: le corps politique a été dissous, c'est à vous de le reconstituer” (Saint-Simon; Thierry, 1814, p. 9).

Industrial, pois para ele essa estrutura permitia reformar o Estado (concedendo liberdade de ação para a população e para as novas elites), mas sem perder a estabilidade que era garantida pelo poder moderador que a monarquia possuía sob possíveis abusos de poder por parte das novas lideranças políticas (Saint-Simon; Thierry, 1814). O autor defendia que todos os países europeus deveriam buscar a estrutura monárquica parlamentarista, pois assim estariam mais estáveis, uma vez que não estariam dependentes de decisões advindas somente da natureza humana como em regimes despóticos, pois a mente humana muda constantemente. Eles estariam dependentes da ‘estrutura das coisas’ (estrutura democrática) que não é volátil quanto a mente humana e não pensa somente no bem privado e sim no bem público (Saint-Simon; Thierry, 1814). Aqui vemos a característica institucionalista do pensamento do autor.

Como base social para a estruturação do seu sistema parlamentar em uma era industrial, está a ideia de uma espécie de governo dos peritos que sintetizaria as capacidades produtivas (intelectuais e materiais) de uma nação (Saint-Simon, 1803; Swedberg, 1994). Esse governo seria como uma empresa governamental e estaria amparado por três seções, das quais a primeira e mais importante é a das ‘mentes brilhantes’; a segunda, a dos proprietários e a terceira, a dos operários (Saint-Simon, 1803). Para ele, os cientistas seriam superiores e a estes caberia um espaço privilegiado na sociedade. Estes ‘peritos’ seriam responsáveis por fazer a sociedade prosperar. As outras duas seções da humanidade seriam responsáveis pelo sustento da primeira. A segunda classe, a dos proprietários, seria responsável por gerir a sociedade (teriam o poder político e a propriedade dos meios) e a terceira, a dos trabalhadores, seria responsável pela execução dos projetos. O poder de escolher os líderes políticos estaria nas mãos de todos (Saint-Simon, 1803). Nessa sociedade, o governo seria mínimo - apenas garantiria as condições para o trabalho. Saint-Simon conclui que era preciso anular o governo na forma em que existia para estabelecer relações diretas entre industriais e cientistas (Saint-Simon, 1803). Para o autor, o modelo britânico era exemplo disto, pois haveria equilíbrio entre as demandas das classes sociais. A monarquia tomaria as decisões para o bem geral do país; a Câmara dos Comuns representaria os anseios privados da população e a Câmara dos Pares (Câmara dos Lordes na Inglaterra) (composta por aristocratas e empresários) representaria o poder moderador garantindo a não superposição dos interesses gerais sob os privados e vice-versa. Para Saint-Simon, os pares exerceriam essa função pois estariam interessados em manter uma estrutura na qual eles têm voz autônoma e poder – uma vez que no absolutismo eles não teriam poder de decisão e em um possível despotismo da população perderiam os seus privilégios (Saint-Simon; Thierry, 1814).

Era esta mesma estrutura que ele defendia para a Europa no pós-Guerras Napoleônicas. O Rei e o Parlamento Europeu deveriam ser superiores aos governos nacionais (Saint-Simon; Thierry, 1814; Chalmers; Davies; Monti, 2010). Percebe-se aqui a característica supranacionalista das ideias de Saint-Simon. O autor não explicita como se daria a forma de escolha do monarca europeu. A Câmara dos Comuns Europeia seria composta por representantes dos países membros que possuíssem vinte e cinco mil francos de aluguéis de fundos terrestres. Ou seja, que fossem negociantes, magistrados e funcionários públicos (pois essas seriam as únicas profissões capazes de sobrevalorizarem o interesse público em detrimento dos interesses individuais). O seu tamanho seria em proporção ao que o autor chamou de sábios na Europa. Ela seria composta por 240 representantes com mandatos de 10 anos (Saint-Simon; Thierry, 1814; Chalmers; Davies; Monti, 2010). O autor não determina a proporção de assentos de cada país. Mas como a Inglaterra era a maior potência econômica da época, pode-se concluir que ela teria maior proporção em representação de ‘sábios’ do que os demais países. A Câmara dos Pares teria inicialmente 20 nobres indicados pelo rei europeu com mandatos hereditários. O governo europeu deveria se iniciar através da estruturação de um parlamento anglo-francês (com maior representação inglesa do que francesa devido à tradição parlamentarista mais longa da Inglaterra). Mas um novo par seria escolhido para a Câmara dos Pares a cada novo país membro do parlamento europeu (Swedberg, 1994; Simon; Thierry, 1814). Portanto, vemos novamente a estrutura de predominância inglesa sob as instituições europeias defendidas por Saint-Simon.

A monarquia parlamentarista europeia teria a função de manter a coesão interna através da proposição de leis e iniciativas econômicas de interesse geral da Europa; de impostos; de uma educação homogênea que forjasse uma cultura europeia única e através do julgamento em instância final dos atritos dos governos nacionais. Segundo o autor, a estruturação de uma política externa europeia também seria essencial para forjar a coesão interna (Simon; Thierry, 1814). Portanto, o fim dos conflitos entre as fronteiras terrestres europeias eliminaria o conflito inter-humano e a tecnologia seria utilizada somente para promover a prosperidade (Saint-Simon, 1803). Ademais, o autor argumenta que a Inglaterra necessitava do poderio francês, assim como a França do poderio inglês; pois ambos estavam com dívidas externas altas que sozinhos não iriam conseguir saldar. Esta união se justificava como alternativa, pois ambos eram os países mais fortes da Europa e por isso só ela poderia mudar o estado da Europa e fazê-la prosperar (Simon; Thierry, 1814).

Percebemos assim, que para o autor a busca por escala econômica através da integração seria essencial para a prosperidade europeia. Ele defendia que a industrialização

havia rompido as clássicas fronteiras nacionais ao desenvolver capacidade de produção em escala maior e assim exigir matérias-primas e demanda em escalas também maiores, proclamando uma espécie de internacionalismo. Por isso, o parlamento europeu teria papel essencial de estar no comando de grandes projetos como a construção de um sistema de canal que conectaria os rios e lagos europeus (Swedberg, 1994). Ele adverte que o desejo de subjugar outras nações e povos era nocivo, pois diminuía a produção do país ao fomentar o conflito inter-humano. Portanto, a paz seria condição necessária para o funcionamento pleno de uma economia, pois o fim do conflito inter-humano resultaria em um maior conflito do homem com a natureza (Saint-Simon, 1803). Ou seja, haveria mais busca por tecnologia, desenvolvimento de novas técnicas e a promoção de prosperidade a nível supranacional.

III.2. Simón Bolívar (1783 – 1830) e a Liga Anfictiônica Hispano Americana

O contexto da Revolução Francesa, os ideais do Iluminismo e as Guerras Napoleônicas na Europa continental com o enfraquecimento do Antigo Regime absolutista na Europa também impactaram diretamente o continente americano. Com o enfraquecimento do poder das metrópoles sob suas colônias, os movimentos de independência política no continente ganharam força. Após a invasão da Espanha, Napoleão destituiu o rei espanhol e colocou no governo seu irmão. Este movimento provocou reação nas elites das colônias espanholas que devido à crise de legitimidade do governo espanhol viram a oportunidade de governarem os seus territórios sob a bandeira de defesa da monarquia espanhola (Annino; Guerra, 2003). Assim, após 1810 uma série de assembleias de autogoverno com base na lei espanhola foram criadas para recuperar a soberania do reino sob os territórios americanos. A experiência de autogoverno aliado aos ideais iluministas e liberais deram espaço para que surgisse os movimentos de independência liderados por figuras locais (Annino; Guerra, 2003). Um dos mais influentes líderes independentistas era Simón Bolívar, que defendia a união das colônias como forma de fortalecimento para que a região alcançasse e mantivesse a independência. Ele é considerado, portanto, o precursor da ideia de integração latino-americana (De La Reza, 2013).

A base de seu projeto de integração era a consecução de um sistema de entidades políticas soberanas na América Hispânica e não a sua superação como o projeto político europeu proposto por Saint-Simon. A sua ideia era criar um sistema capaz de estabilizar e fortalecer os territórios membros através justamente do respeito aos princípios da soberania e servindo como mecanismo para a solução pacífica de controvérsias entre eles e como aliança

para enfrentamento das ameaças externas (Bolívar, 1815; De La Reza, 2013; Aleixo, 2000). Portanto, seu projeto seria intergovernamentalista e propunha a criação de uma assembleia representativa: a Liga Anfictiônica, para unir esforços a fim de alcançar e manter a independência da América Hispânica.

Eu devo dizer a você o que nós devemos prover a nós mesmos para que possamos expelir os espanhóis e encontrar um governo livre. É a união, obviamente; mas esta união virá através de planejamento sensível e ações bem direcionadas em vez de por mágica divina. A América fica unida porque ela é abandonada por todas as outras nações. Ela é isolada do centro do mundo (...). Quando o sucesso não é assegurado, quando o Estado é fraco, e quando os resultados são vistos a distância, todos os homens exitam; opinião é dividida, paixões se enraivecem e o inimigo fomenta estas paixões para ganhar uma vitória fácil por causa delas. Tão logo estejamos fortes e sob orientação de uma nação liberal que irá emprestar a nós sua proteção, nós iremos alcançar acordo para cultivar as virtudes e talentos que irão nos levar à glória (Bolívar, 1815).⁴

Seu objetivo era a América Hispânica integrada em uma só estrutura política, mas reconhecia que isto não era possível, pois havia diferenças climáticas, diversidade geográfica, conflito de interesses e da forma como iria se dar a independência. Ele defendia, então, que cada região se organizasse internamente, produzisse estabilidade institucional e política para efetivarem os esforços de integração regional que respeitasse a soberania de cada entidade (De La Reza, 2013; Bolívar, 1815). Assim, na prática houve tempos diferentes de independência entre as regiões e uma série de acordos bilaterais, que segundo as ideias do autor deveriam ir se juntando à regiões que já estavam mais avançadas no processo de independência ou até mesmo independentes para ir se apoiando e se fortalecendo (Bolívar, 1815; De La Reza, 2013). Segundo Bolívar, a criação de uma estrutura de apoio mútuo entre os vice-reinados espanhóis (na qual se proporiam soluções conjuntas para os movimentos de independência) era possível, pois estes territórios tinham convergências prévias, como a mesma origem, a mesma língua e a mesma religião (Bolívar, 1815). O seu projeto político de integração latino-americano foi consagrado em sua famosa Carta da Jamaica de 1815⁵, que serviu como base para uma série de negociações e acordos bilaterais entre as entidades

⁴ Do original em espanhol traduzido pro inglês: "I shall tell you with what we must provide ourselves in order to expel the Spaniards and to found a free government. It is union, obviously; but such union will come about through sensible planning and well-directed actions rather than by divine magic. America stands together because it is abandoned by all other nations. It is isolated in the center of the world (...). When success is not assured, when the state is weak, and when results are distantly seen, all men hesitate; opinion is divided, passions rage, and the enemy fans these passions in order to win an easy victory because of them. As soon as we are strong and under the guidance of a liberal nation which will lend us her protection, we will achieve accord in cultivating the virtues and talents that lead to glory" (Bolívar, 1815).

⁵ Após a tentativa de independência do território da Venezuela, Bolívar se exilou na então colônia britânica da Jamaica em 1815. Em setembro daquele ano publica no jornal "The Royal Gazette" uma carta intitulada "Reply of a South American to a Gentleman of this Island", mais conhecida como a "Carta da Jamaica". Neste documento, Bolívar analisa o futuro da América colonial e desenvolve as suas ideias sobre a independência da América Hispânica e sua capacidade de formar um corpo político único (De La Reza, 2013).

políticas da América Hispânica conforme elas iam adquirindo independência. O projeto de Bolívar influenciou também o posterior tratado assinado entre vários territórios americanos em 1826 no Congresso do Panamá que previa entre outras coisas, o caráter temporário destes acordos bilaterais e a sua posterior assimilação por um tratado multilateral (De La Reza, 2013; Cadena, 1878).

A estrutura intergovernamental proposta por Bolívar seria a Liga Anfictiônica. Ela seria uma estrutura na qual as regiões enviariam os seus representantes para que se construísse consenso sob problemas comuns. Assim, ela teria uma dimensão interna e uma externa que estariam interligadas: buscava-se o desenvolvimento econômico e a estabilidade da região, mas para isso era necessário conquistar a independência e garantir a sua proteção. Ou seja, a independência geraria desenvolvimento econômico e estabilidade política, mas também a estabilidade política e o desenvolvimento econômico eram essenciais para alcançar a independência. Por isso, não bastava conceder liberdade para os territórios latino-americanos, mas sim construir um governo que atendesse aos anseios do povo e possuísse legitimidade e capacidade de manter o território livre (Bolívar, 1815). Ele via três grandes agrupamentos no então domínio espanhol (Bolívar, 1815): o México; a América Central e a Colômbia (que deveria abranger Nova Granada e Venezuela juntamente com a Península Goajira. Esta área posteriormente virou a Grã-Colômbia e a ela se uniram Panamá (1821) e Equador (1822)). Para o México, defendia uma república representativa em que o poder executivo seria concentrado em uma pessoa de forma vitalícia - a não ser por 'incompetência' quando, então, esse poder passaria para uma assembleia. Para a América Central, defendia uma confederação devido à sua posição central entre dois importantes oceanos. Para a Colômbia previa um governo aos padrões ingleses (monarquia parlamentarista). Entretanto, no lugar do rei haveria um executivo vitalício, mas não hereditário. Haveria também uma câmara legislativa hereditária e representativa que serviria de amortecedora e reguladora entre as demandas da população e os poderes do governo em períodos de instabilidade política (Bolívar, 1815).

Assim, através da construção de uma ordem regional, se teria um ambiente que serviria de conselheiro para os grandes conflitos externos, de intérprete de seus tratados públicos e de juíza e conciliadora nas disputas e diferenças internas entre seus membros. O poder de todos viria em auxílio de qualquer Estado que estivesse sob ameaça (Bolívar, 1815; Aleixo, 2000; De La Reza, 2013). Segundo o autor, o território americano já era vasto e rico em matérias-primas; mas, a exploração e os atos de atrocidade eram um empecilho para o seu desenvolvimento. Por isso, defendia o fim do pacto colonial e uma política econômica independente, pois só a independência permitiria à região alcançar a sua grandeza econômica

e assim manter a sua independência. O fim do pacto colonial permitiria que cada região se organizasse e extraísse o seu melhor, para então fazerem comércio entre si e com outras regiões do mundo (Bolívar, 1815). Como demonstrado, para se alcançar este objetivo, a Liga Anfictiônica seria essencial.

III.3. Victor Hugo (1802 – 1885)⁶ e os Estados Unidos da Europa

No momento histórico de 1848 com as movimentações políticas e sociais conhecidas como a Primavera dos Povos que tinham como motivação a luta contra os regimes autocráticos restabelecidos pelo Congresso de Viena (1815) na Europa continental, novos ímpetos surgem para a criação de uma estrutura política que englobasse todos os países europeus como alternativa às instabilidades sociais e econômicas da região (Jay et all, 1849). O momento foi conhecido como englobando movimentos políticos e sociais em prol do nacionalismo, do socialismo e do liberalismo, mas pouco se fala sobre os significativos projetos de integração que novamente emergiram em um momento de crise e de divergências (e não como normalmente esperado pelas teorias, em um momento de convergências).

Desde 1843 estavam ocorrendo conferências internacionais organizadas por sociedades civis norte-americanas e europeias de defesa da paz mundial. Estas conferências contavam com a presença de políticos e pensadores influentes que visavam alcançar um estado de estabilidade na relação entre todos os povos do mundo. Elas compuseram o chamado ‘Movimento da Paz’ (Jay et all, 1849). A primeira conferência ocorreu em 1843 nos Estados Unidos promovida pela organização norte-americana ‘Amigos da Paz’. A segunda ocorreu na Inglaterra em 1846 e a terceira que se daria em Paris em 1848 foi transferida para Bélgica devido à Revolução Francesa de fevereiro de 1848 que destituiu a monarquia e instituiu o regime republicano. É sob este contexto de instabilidade que em 1849 se resolve desenvolver a terceira conferência da paz em Paris. É como presidente desta conferência e como parlamentar da Assembleia Francesa que Victor Hugo apresenta a sua defesa da integração europeia (os ‘Estados Unidos da Europa’) como umas das formas necessárias para se alcançar a paz mundial. Isso porque com a paz no continente europeu seria possível promover relações econômicas mais fortes e prósperas com os Estados Unidos e levar este conceito de civilização também para a África e a Ásia (Hugo, 1849; Jay et all, 1849). Convém

⁶ Convém elucidar que as ideias de Victor Hugo aqui apresentadas se referem diretamente ao momento histórico de seus pensamentos políticos, sumarizados em seu discurso na Conferência de Paz de Paris em 1849, no qual apresenta uma visão supranacional da integração europeia. Estas ideias passaram a fazer parte de suas obras literárias de forma mais expressiva a partir de então (Hugo, 1849; Metzidakis, 1995).

chamar atenção para o fato de que os representantes dos Estados Unidos e dos países europeus possuíam projetos diferentes para a forma como se daria a estruturação das instituições para a paz mundial. Europeus propunham formas mais estruturadas e permanentes de integração, propondo um Congresso das Nações. Por sua vez os norte-americanos propunham como etapa inicial mecanismos menos gerais e permanentes, como opções de mediação de problemas pontuais entre os países, para somente no futuro transformá-las em permanentes (Jay et al., 1849). Assim, pode-se especular que uma das causas para esta diferença era o ambiente mais instável na Europa que poderia pressionar por soluções mais transformadoras.

Para o autor, a miséria era uma das principais causas das revoluções sociais e das guerras entre as nações. Manter exércitos em prontidão para a guerra custava enormes recursos para os Estados, bem como retirava da economia mão-de-obra produtiva. Portanto, o pensamento beligerante retroalimentava a sua principal causa de ser e por isso não gerava prosperidade para as nações. Para ele, o progresso tecnológico desta época (industrialização e novas formas de energia) possibilitava reduzir as distâncias e os custos das transações, bem como possibilitaria novas formas de organização política e social. Portanto, a integração seria a melhor forma de reduzir os conflitos inter-humanos e dessa forma redirecionar esforços e recursos para o desenvolvimento tecnológico, para fomentar o comércio e dessa forma elevar o bem-estar das populações (Hugo, 1849).

É importante destacar que pela visão do autor, o conflito precede e é uma etapa anterior necessária para o estabelecimento da paz. Portanto, o conflito seria o motor da integração.

Não digo apenas que ela é capaz de ser posta em prática, mas acrescento que é inevitável e que sua execução é apenas uma questão de tempo e pode ser apressada ou retardada. A lei que regula o mundo não é e não pode ser diferente da lei de Deus. Mas a lei divina não é uma lei da Guerra – é da paz. Os homens iniciaram pelo conflito, assim como a criação pelo caos. De onde eles estão vindo? Da Guerra – isto é evidente. Mas para onde eles estão indo? Para a paz – isto é igualmente evidente (Hugo, 1849).⁷

O projeto de Victor Hugo era a criação de uma assembleia europeia representativa, eleita por voto popular para resolver as disputas e os desentendimentos entre os países europeus. Desse jeito, a Europa se transformaria em um ambiente de trocas comerciais ao invés de um de guerras intermitentes, se transformando em um continente próspero e pacífico;

⁷ Do original em inglês: “I do not merely say it is capable of being put into practice, but I add that it is inevitable, and that its execution is only a question of time, and may be hastened or retarded. The law which rules the world is not, cannot be different from the law of God. But the divine law is not one of war - it is peace. Men commenced by conflict, as the creation did by chaos. Whence are they coming? From wars - that is evident. But whither are they going? To peace – that is equally evident (Hugo, 1849)”.

pois o ambiente que antes era de guerras preeminentes se tornaria um de trocas comerciais preeminentes e de investimento em ciência (Hugo, 1849). Isso se daria, pois haveria um ambiente com interesses comuns e políticas e intenções constantes, o que deixaria os acordos comerciais mais confiáveis e duradouros, facilitando assim, a sua realização. Além de aumentar as trocas comerciais entre os Estados europeus, também outras nações do mundo aumentariam os seus acordos econômicos com a federação. Haveria um aumento do bem-estar da população e o progresso da humanidade como um todo. Assim, o orçamento gasto para manter em prontidão exércitos numerosos seria direcionado para o fomento da indústria, do comércio, da navegação, da ciência e das artes (Metzidakis, 1995).

Para Victor Hugo, a distribuição das riquezas permitiria à Europa unida destruir suas fortalezas. O autor defende que se todas as nações do continente se unissem em uma fraternidade, elas iriam desenvolver interesses, pensamentos e um destino comum (Hugo, 1849; Hugo, 1909). Para tanto, todos os países deveriam demolir as suas fortalezas, se unir como uma espécie de república e compartilhar as suas riquezas com todos os demais a fim de ter liberdade e paz no continente. Se assim fosse, a Inglaterra, a França, a Bélgica, o resto da Europa e a América seriam estimulados a cooperar pelas instituições supranacionais (Hugo, 1849). Ele argumenta que os Estados Unidos da Europa já existiam, só estavam esperando se unir de forma legítima e quando isso ocorresse seria o começo de um grande futuro, pois eles conquistariam a liberdade e a paz para os seus habitantes (Hugo, 1849; Metzidakis, 1995).

Victor Hugo acreditava que a paz e o progresso advindos de uma Europa federada - juntamente com a liberdade que o fim do sistema político aristocrático e tirânico traria para o indivíduo - poderia promover a estabilidade social. Pode-se interpretar que o engajamento privado de um indivíduo livre e a paz no continente iriam aliviar a pobreza e assim a instabilidade social (Hugo, 1849; Hugo, 2015; Metzidakis, 1995). Sob essa configuração, se a economia política, a ciência, a indústria, a filosofia e a legislação convergissem para um mesmo fim (a paz e o bem-estar) haveria o fim das fronteiras, o fim da miséria, um incremento no nível de educação, queda no número de sanções e conseqüentemente predominaria a literatura e a prosperidade. A fim de que os Estados Unidos da Europa se tornassem um ambiente promissor e pacífico, ele deveria ficar sob arbitragem de um grande senado supranacional, soberano e popular (tendo em vista que haveria sufrágio universal para a sua formação) que decide, julga e resolve tudo pelo direito (Hugo, 1849). A justiça iria prevalecer e os europeus veriam uma identidade comum nessa assembleia. Conseqüentemente, as distinções seriam removidas (Metzidakis, 1995; Hugo, 2015).

Istmos seriam transpostos, canais formados para rios, túneis escavados nas montanhas. As ferrovias cobririam os dois continentes, a marinha mercante do globo aumentaria cem vezes. Não haveria em nenhum lugar planícies áridas ou pântanos. Haveria cidades onde agora só existem desertos (Hugo, 1849)⁸

III.4. Eduard Bernstein (1850 – 1932) e a Liga dos Povos na Europa

Eduard Bernstein como revisionista do socialismo marxista na Alemanha, tornou-se um defensor do socialismo evolucionário. Durante a Primeira Guerra Mundial ele defendia uma Liga dos Povos na Europa (Ostrowski, 2018). Mais uma vez um projeto de paz envolvendo a integração é defendido durante um período de divergências entre os países europeus.

Visando desenvolver uma política propositiva para o Partido Social-Democrata da Alemanha durante a conjuntura da Primeira Guerra Mundial, Eduard Bernstein defendia que era necessário a construção de uma ordem política-legal de cooperação que substituísse a ‘Política dos Estados’ (caracterizada, segundo o autor, por ser capitalista, imperialista e por isso beligerante) por uma ‘Política das Pessoas’ (que estaria mais preocupada com questões éticas, sociais-democratas e por isso resultando em menos conflitos) (Ostrowski, 2018). O autor questionava a interligação naturalizada entre Estado e Nação, defendendo que ambos são esferas políticas diferentes. Para ele, o Estado capitalista era distante dos anseios da população, pois englobava interesses egoístas das classes dominantes disfarçados na ideia de ‘honra nacional’ e isso levaria à competição e à guerra. Portanto, para ele a ideia de construção de uma Liga das Nações no pós-Primeira Guerra Mundial com base nos pontos estatocêntricos defendidos por Woodrow Wilson não iria ter como resultado a paz e estabilidade. Era necessário, pois, a criação de uma união supranacional que substituísse o foco no Estado como soberano e construísse uma Liga dos Povos através da união de ‘repúblicas dos povos’ com a força reguladora da ‘lei dos povos’ (estas estruturas políticas seriam democráticas, representativas e baseadas na liberdade de autoproclamação nacional) (Ostrowski, 2018). Na sua visão, no pós-Grande Guerra, a Europa necessitava de mudanças. Bernstein propõe, então, uma alteração: evitar a guerra não seria alterar as fronteiras para que o povo se sentisse parte de um mesmo Estado - isso levaria a revoltas, pois impor uma identidade ao povo subjugado. Mas sim alterar as constituições dos Estados, trazendo o foco

⁸ Do original em inglês: “Isthmuses would be cut through, channels formed for rivers, tunnels bored through mountains. Railroads would cover the two continents; the merchant navy of the globe would have increased a hundred-fold. There would be nowhere barren plains, or moors, or marshes. Cities would be found where there are now only deserts” (Hugo, 1849).

para o ser humano e não mais para as instituições estatais. Assim, seria garantido o direito de autodeterminação para as diferentes nações (Ostrowski, 2018).

Para o autor, a consciência de uma classe proletária internacional, a sua luta por melhores condições econômicas e o desenvolvimento econômico igualitário só seria possível através do fim da exploração de um país sobre o outro, o que seria alcançado pela Liga dos Povos (Ostrowski, 2018). Bernstein argumenta que a ideia de nacionalismo não é contrária à ideia de uma classe operária internacional, pois não seria possível acabar com a nacionalidade e suas individualidades de linguagem, de costumes e de identidade. Todavia, o autor defende que pode se construir uma ideia de internacionalidade dos interesses das pessoas (através da substituição da visão centrada no Estado para uma visada nos povos) e assim produzir um ambiente propício para articular a nível internacional uma consciência de classe que permita o desenvolvimento de trocas comerciais justas (Ostrowski, 2018). Esse processo permitiria que a classe trabalhadora combinasse o seu nacionalismo com uma política econômica eficaz: a Liga dos Povos (Ostrowski, 2018). Bernstein defendia o fim da guerra tarifária e protecionista entre os Estados, pois ela produzia retaliações. Isso mantinha um ambiente internacional de eterno confronto, impedindo a relação entre os indivíduos e o progresso econômico (Ostrowski, 2018).

Para Bernstein, a lógica de relações focadas nos povos (nações) e não nas instituições estatais, iria produzir estabilidade e assim prosperidade econômica, pois poderia ser criado uma espécie de socialismo corporativista, isto é, a colaboração de classes operada através de corporações nas quais as camadas médias equilibrariam capitalistas e operários (Bernstein, 1964). Ele afirma que a classe média estaria crescendo e ocupando um lugar cada vez mais importante na sociedade e no governo. Assim, a sua existência e crescente importância não poderiam ser ignoradas. O autor argumenta que não haveria coesão interna em um governo do proletariado, pois dentro da classe dos assalariados haveria diferenças de habilidades, de necessidades e isso resultaria novamente em exploração (Bernstein, 1964). Surge então, o argumento de integrar as classes no controle do governo e da sociedade. Isso se daria através de corporações, nas quais os diferentes proletários estratificariam e dividiriam as suas atividades, o que faria com que não houvesse mais diferenças e lutas entre eles próprios. Bernstein acreditava que deveria haver várias associações em todas as esferas sociais e econômicas para administrar as necessidades da sociedade e elas juntas formarem uma grande cooperação. Unidos, os trabalhadores teriam mais voz e força perante a classe média que estava alcançando maior influência nos estratos mais altos. As corporações exerceriam uma espécie de pressão nas classes proprietárias através da classe média que seria o amortecedor

dessa luta (Bernstein, 1964). Pode-se interpretar, que a Liga dos Povos e a consciência internacional de classe seria essencial para garantir essa estrutura interna, gerenciando as diferenças e promovendo uma estabilidade social a nível nacional, pois todas as classes teriam espaço dentro desta estrutura.

IV. Análise dos Dados: segurança, escala econômica e estabilidade social como os pilares da ideia de integração internacional no século XIX

As Teorias da Integração, como explicitado anteriormente, se focam majoritariamente nos mecanismos (processos) de integração ou em seus desenhos institucionais (condição final) e não em desenvolverem análise dos objetivos que levam as unidades políticas a se integrarem. Ao se focar na análise dos objetivos políticos dos projetos de integração do século XIX, pretende-se demonstrar nesta seção que estes projetos possuem capacidade de abstração para diálogo teórico sobre possíveis fundamentos da ideia de integração internacional. Detectados possíveis objetivos gerais de qualquer projeto de integração, poderiam ser debatidos diferentes desenhos institucionais ou mecanismos de integração que potencializassem a capacidade de cada região de alcançar estes objetivos em diferentes momentos históricos.

Da análise das obras dos autores selecionados, pode-se concluir que todos tinham guerras e/ou revoluções sociais como contexto histórico. Para todos, o modelo de organização política vigente já não comportava as mudanças sociais, políticas e tecnológicas de cada época. No contexto de Saint-Simon e Simon Bolívar, os ideais iluministas e a Primeira Revolução Industrial pressionavam para a reforma ou superação das monarquias absolutistas na Europa e para o fim do sistema colonialista na América. No contexto de Victor Hugo, a Segunda Revolução Industrial e os ideais liberais pressionavam por nova onda de reformas políticas nas monarquias existentes na Europa, substituindo-as por repúblicas. Por fim, já no início do século XX, o contexto de Eduard Bernstein de aumento de poder relativo do Estado alemão e declínio do poder relativo do Estado inglês, pressionou novamente pelo questionamento da estabilidade do modelo de Estados-Nação na Europa. Assim, para todos os autores, o projeto de integração regional seria uma solução política alternativa aos modelos políticos vigentes que eram ineficazes em garantir a paz e o desenvolvimento das unidades. Somente para o projeto latino-americano de Bolívar é que a existência de elementos comuns entre as regiões a serem integradas seria o motor da integração regional. Para os autores focados na realidade europeia, seria justamente as divergências entre as unidades que fariam

com que a necessidade de integrar emergisse. Assim, percebe-se que além da convergência, a divergência também pode ser uma força que estrutura a ideia de integração. Não somente elementos comuns entre as unidades políticas, mas também a necessidade de criar elementos comuns é que pode ser a motivação para a integração.

Ademais, percebe-se que para todos os autores, havia a necessidade de superar a organização política regional vigente, mesmo que o modelo de integração proposto fosse intergovernamental ou supranacional. Para Bolívar, criar uma estrutura intergovernamental regional seria justamente superar o status de dependência das regiões e torná-las Estados soberanos (Bolívar, 1815). Já para Saint-Simon, Victor Hugo e Eduard Bernstein havia a necessidade de superar a estrutura de Estados soberanos e por isso uma estrutura supranacional seria mais eficaz para garantir a paz na Europa (Saint-Simon; Thierry, 1815; Hugo, 1849; Ostrowski, 2018). Portanto, para todos os autores o foco central era a busca da paz e da estabilidade que seriam primeiramente proporcionadas pelas instituições regionais. Mas para que isto fosse sustentável e mantido a longo prazo, era necessário também potencializar a capacidade econômica das unidades integradas que promoveria a diminuição das desigualdades entre as regiões e aumentaria a prosperidade das populações - levando a menos convulsões sociais e assim a menos guerras (Saint-Simon; Thierry, 1815; Bolívar, 1815; Hugo, 1849; Ostrowski, 2018). O aumento da capacidade econômica das unidades, só seria possível através da integração, pois tinham de buscar fora das suas fronteiras o que não conseguiam suprir de forma autônoma (uma vez que mudanças tecnológicas ocorriam e nova quantidade de mão-de-obra, matéria prima e demanda eram necessárias).

Isto posto, argumenta-se que segurança interna e externa, escala econômica e estabilidade social são os pilares da ideia de integração no século XIX. Estas seriam as causas gerais da integração mesmo em projetos desenvolvidos em diferentes momentos históricos e regiões geográficas. Estes são os elementos que unem as diferentes concepções de integração analisadas. É somente a forma e os mecanismos utilizados para alcançar tais objetivos que se modificam sob diferentes contextos históricos e regionais. Por segurança, entende-se a busca por paz e estabilidade nas relações internas do bloco integrado - isto é, entre as unidades políticas a serem integradas - bem como nas relações externas do bloco integrado. Por escala econômica, entende-se a procura por capacidade econômica - produtiva e competitiva - que envolve ter acesso à matéria-prima, demanda, mão de obra, recursos financeiros e tecnologia compatíveis com o paradigma econômico da época. Por fim, estabilidade social se refere aqui ao equilíbrio entre as demandas econômicas, sociais e políticas das classes sociais das unidades políticas.

Quadro 1. Quadro-Resumo dos Projetos Políticos de Integração Internacional no Século XIX

| | Segurança | Escala | Estabilidade Social |
|---------------------------------------|--|--|---|
| Saint – Simon (1760 – 1825) | Ficaria a cargo das instituições supranacionais. Defendia uma Monarquia Parlamentarista Europeia. | O fim das fronteiras eliminaria o conflito inter-humano e a tecnologia seria utilizada para promover a prosperidade da região e melhorar os termos de troca com o resto do mundo | Governo dos Peritos. Haveria a transformação do domínio político sobre os homens em uma grande administração das coisas |
| Simón Bolívar (1783 – 1830) | A Liga Anfictiônica seria o mecanismo para alcançar e manter a liberdade da América Espanhola. | Somente a independência permitiria à região acabar com o Pacto Colonial e alcançar a sua grandeza econômica para manter a sua liberdade. | Fortalecimento das unidades políticas. Três modelos: 1) México: república representativa. 2) América Central: confederação. 3) Grã-Colômbia: monarquia parlamentarista. |
| Victor Hugo (1802 – 1885) | Os Estados Unidos da Europa possibilitaria à região destruir suas fortalezas. | A Europa unificada seria um ambiente de trocas comerciais ao invés de guerras intermitentes, pois promoveria a prosperidade geral e evitaria revoluções sociais. | Europa federada sem aristocracia tirânica permitiria o engajamento privado do indivíduo. |
| Eduard Bernstein (1850 – 1932) | A Liga dos Povos na Europa seria a substituição da ‘Política dos Estados’ para uma ‘Política das Pessoas’. | A Liga dos Povos possibilitaria trocas comerciais justas. | Colaboração de classes operada através de corporações nas quais as camadas médias equilibrariam capitalistas e operários. |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Saint-Simon; Thierry, 1815; Bolívar, 1815; Hugo, 1849; Ostrowski, 2018.

A partir do modelo proposto, pode-se debater a integração internacional não somente em seu processo de construção ou em sua condição final (desenho institucional). E sim também sob a ótica de suas motivações, com o intuito de construir um entendimento geral sobre integração internacional. Pois ao se focar em um modelo específico de desenho institucional ou de processo de integração, corre-se o risco de gerar desentendimentos teóricos quanto às variáveis e os indicadores utilizados para medir a integração em diversos momentos históricos e regiões.

V. Considerações Finais e Implicações para os Projetos de Integração Contemporâneos

O estudo permite concluir que há aspectos comuns nas diferentes instrumentalizações da integração internacional como projeto político durante o século XIX e que há, portanto, capacidade de abstração e generalização destas ideias para diálogo sobre as causas da

cooperação entre entidades políticas autônomas e não somente sobre o seu processo ou desenho institucional como fazem os trabalhos enquadrados como Teorias da Integração.

Percebe-se que constantemente durante o século em análise a integração regional representou uma alternativa à política belicista dos países europeus e que para os teóricos deste continente, ela seria justamente uma forma de eliminar as divergências e instabilidades regionais. Já para o projeto latino-americano de *Símon Bolívar* não seria a divergência entre os entes políticos o motor da integração e sim as divergências e ameaças externas. Ou seja, da análise dos pensamentos dos autores, percebe-se que um certo grau de divergência (seja interna ou externa) é que faz nascer a necessidade de integração e coordenação. Portanto, as diferenças tanto quanto as semelhanças parecem constituir a ideia de integração, já que todos os autores analisados se encontravam em períodos históricos de instabilidade, revoluções ou grandes guerras. Assim, traz-se para debate a percepção de que quanto mais conflito há (como por exemplo na Europa com a Primavera dos Povos na época de *Victor Hugo* ou na Primeira Guerra Mundial na época de *Bernstein*) maior a defesa de uma integração mais profunda. Isto é, move-se - no plano das ideias - para o lado do espectro mais perto de modelos de superação das fronteiras e soberania nacionais, com projetos de centralidade das instituições supranacionais. Tem-se, assim, a percepção de que quanto mais desentendimentos, paradoxalmente maior o clamor por uma integração profunda como forma de superar as estruturas políticas anteriores.

A ideia de integração internacional parece, pois, ter como elemento principal e necessário a garantia da segurança interna e externa dos entes integrados. Somente após a garantia da segurança é que a prosperidade econômica e a estabilidade política seriam alcançados e serviriam de mantenedores do projeto integrativo. Portanto, afirma-se também que os projetos de integração do século XIX desenvolvem a integração regional como um projeto composto por três pilares interdependentes e necessários (segurança interna e externa, escala econômica e estabilidade social) e que se separados não são suficientes para que a integração ocorra e se mantenha.

Assim, a sistematização dos trabalhos sobre integração de pensadores do século XIX que não são comumente apresentados pela literatura de Relações Internacionais acerca da integração, permite contribuir ao debate do porquê entidades políticas independentes cooperam e qual as consequências da aproximação entre elas – diminuindo o viés temporal da literatura existente. Ademais, pode-se facilmente, a partir destes achados, desenvolver agenda de pesquisa que interligue os trabalhos aqui apresentados com as vertentes teóricas das Teorias da Integração (supranacionalismo e intergovernamentalismo) ou das Pré-Teorias da

Integração (federalismo, funcionalismo e transnacionalismo); verificando se também nelas podem ser encontrados os níveis de análise aqui desenvolvidos (segurança, escala e estabilidade social). Se sim, haveria a possibilidade de unir uma análise das causas da integração com uma sobre os diferentes processos e desenhos institucionais. Assim, um modelo geral de integração – com menos divergências entre variáveis analíticas e indicadores - poderia ser desenvolvido. Dessa forma, mesmo construindo um modelo com maior generalização seria possível se focar na substância da integração. Isto é, nas especificidades dos entes envolvidos e da região em análise e não na imposição de um processo universal ou na busca por uma condição final ideal. Dessa forma, pode-se futuramente, mapear também em que esfera (segurança, escala ou estabilidade social) um projeto regional está em conflito ou é insuficiente para as partes.

Neste sentido, mesmo que seja necessário desenvolvimento mais profundo do modelo de análise aqui proposto - expandindo-o para a análise de projetos de integração mundiais ou em outros momentos históricos e aprofundando seu diálogo com as teorias sobre os processos de integração - pode-se auxiliar nos debates acerca do momento atual de questionamento das instituições multilaterais (como a saída do Reino Unido da União Europeia (Brexit)). As mudanças tecnológicas com a aproximação da 5ª Revolução Industrial e as consequentes mudanças na distribuição de poder internacional pressionam para reforma das instituições até então existentes (Baciu; Doyle, 2019). O avanço da integração europeia desenvolvendo instituições econômicas supranacionais (como a moeda única e o mercado comum) com uma estrutura na qual elementos de segurança pública do bloco são supranacionais, mas a defesa continua sendo dependente dos Estados Unidos e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Duke, 2019; Reisdorfer; Goldoni, 2017), demonstra que o bloco não sustenta sozinho o pilar da segurança. A crise econômica de 2008, o Tratado de Lisboa que entrou em vigor em 2009⁹ e as crises migratórias nos anos 2010 provocaram instabilidades sociais, econômicas e securitárias especialmente no Reino Unido. Assim, os debates entorno de um modelo híbrido de integração na área social e securitária (no qual pudesse haver diferentes velocidades de integração entre seus membros) como já ocorria em relação a adoção da moeda única (Reino Unido não adotou o Euro) poderia ter sido uma alternativa à saída do reino do bloco e uma solução de reforma frente à conjuntura de mudanças internacionais.

⁹ O Tratado de Lisboa instituiu elementos sociais na União Europeia (como o caráter vinculante da Carta dos Direitos Fundamentais) e reformulou a estrutura organizacional do bloco que adquiriu mais prerrogativas supranacionais (como o aumento do poder de decisão do Parlamento Europeu) (União Europeia, 2007).

Convém destacar que é justamente do reconhecimento do potencial belicista das divergências entre os países europeus aliado com a convergência da percepção de ameaças externas que o projeto de integração se iniciou no pós-Segunda Guerra Mundial com o objetivo de justamente garantir a segurança interna e externa, alcançar economia de escala e estabilidade social para a população europeia ocidental (Duke, 2000). Portanto, se analisada sob a ótica dos objetivos da integração, a atual crise na União Europeia pode representar uma oportunidade para o seu aprofundamento sob estrutura que garanta a consecução dos três pilares para os seus membros.

VI. Referências Bibliográficas

ALEIXO, José Carlos Brandi. O Brasil e o Congresso Anfictiônico do Panamá. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 43, n. 2, p.170-191, ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v43n2/v43n2a08.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

ANNINO, Antonio; GUERRA, François X. **Inventando la nación iberoamérica**. México: Siglo XIX, 2003.

BACIU, Cornelia-Adriana; DOYLE, John (Eds). **Peace, Security and Defence Cooperation in Post-Brexit Europe**. Risks and Opportunities. Cham: Springer, 2019.

BECKER, Joachim. Integración y regulación: la Unión Europea y el Mercosur comparados. In: BECKER, Joachim et ali. **Sustentabilidad y regionalismo en el Cono Sur**. Montevideo: Coscoroba, 2002.

BERNSTEIN, E. **Socialismo Evolucionário**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1964.

BOLÍVAR, S. **Reply of a South American to a Gentleman of this Island [Jamaica]**. 1815. Disponível em: <<http://faculty.smu.edu/bakewell/BAKEWELL/texts/jamaica-letter.html>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CADENA, Pedro Ignacio. **Anales Diplomáticos de Colombia**, Government Edition, Bogotá: Imprenta de Manuel de J. Barrera, 1878. Disponível em: <<https://ia802701.us.archive.org/15/items/analesdiplomati00cadegoog/analesdiplomati00cadegoog.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CHALMERS, Damian; DAVIES, Gareth; MONTI, Giorgio. **European Union Law: Cases and Materials**. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

DE LA REZA, Germán A. The formative platform of the Congress of Panama (1810–1826): the Pan-American conjecture revisited. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 56, n. 1, p.5-21, jan. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v56n1/01.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

DEUTSCH, Karl et all. Political Community and the North Atlantic Area: International Organization in the Light of Historical Experience (1957). In: EILSTRUP-SANGIOVANNI,

Matte (Ed.). **Debates on European Integration: a Reader**. London: Palgrave Mcmillan, 2006, p. 68-88.

DOUGHERTY, James E; PFALTZGRAFF Jr, Robert L. **Contending Theories of International Relations**. New York: J. B. Lippincott Company, 1971.

DUKE, Simon W. The Competing Logics of EU Security and Defence, **Survival**, v 61, n. 2, p. 123-142, 2019.

DUKE, Simon. **The Elusive Quest for European Security**. From EDC to CFSP. London: Palgrave Macmillan, 2000.

EILSTRUP-SANGIOVANNI, Matte (Ed.). **Debates on European Integration: a Reader**. London: Palgrave Mcmillan, 2006.

HAAS, Ernst B. The Uniting of Europe: political, social and economic forces 1950-1957 (1968). In: EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette. **Debates on European Integration**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006. p. 105-116.

HAMILTON, A. **Federalist n° 7**. 1787. Disponível em: <http://thomas.loc.gov/home/histdox/fed_07.html>. Acesso em: 20 ago. 2020.

HOFFMANN, Stanley. Obstinate or Obsolete? The Fate of the Nation-State and the Case of Western Europe (1966). In: EILSTRUP-SANGIOVANNI, Mette. **Debates on European Integration**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006. p. 134-159.

HUGO, Victor. **Napolean The Little**. Boston: Little, Brown, And Company, 1909. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/20580/20580-h/20580-h.htm>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

HUGO, Victor. **Os Miseráveis**. São Paulo: Cosac Naify, 2015. Tradução de Frederico Ozanam Pessoa de Barros. ISBN: 978-85-405-0885-9.

HUGO, Victor. **Speech of Victor Hugo to the Peace Congress at Paris**. 1849. Disponível em: <<https://trove.nla.gov.au/newspaper/article/12914658#>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

HUME, David: Idea of a Perfect Commonwealth (1752). In G. Claeys (Ed.), **Utopias of the British Enlightenment**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp. 55-70.

JACKSON, Patrick Thaddeus. **The Conduct of Inquiry in International Relations: Philosophy of science and its implications for the study of world politics**. Oxon: Routledge, 2011.

JAY, William; BROOKS, Charles; BECKWITH, Geo. C., BROWN, William C. and GOODWIN, B. The Peace Congress at Paris, 1849. **Advocate of Peace (1847-1884)**, v 8, n. 12/13, p.133-153, 1849. Disponível em: <www.jstor.org/stable/43770003>. Acesso em: 31 jul. 2020.

KANT, Immanuel. **Rumo à Paz Perpétua**. São Paulo: Icone Editora, 2010.

KEOHANE, Robert O; NYE, Joseph S. **Transnational Relations and World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

KNOPF, Jeffrey W. Doing a Literature Review. **PS: Political Science & Politics**, [s.l.], v. 39, n. 01, p.127-132, jan. 2006. Cambridge University Press (CUP). <http://dx.doi.org/10.1017/s1049096506060264>.

KUROWSKA, Xymena; BREUER, Fabian (Ed.). **Explaining the EU's Common Security and Defence Policy: Theory in Action**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2012.

METZIDAKIS, Angelo. Victor Hugo and the Idea of the United States of Europe. **Nineteenth-century French Studies**, Nebraska, v. 23, n. 1/2, p.72-84, jan. 1995. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/23537320>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

MEARSHEIMER, John J. **The False Promise of International Institutions**. International Security, Harvard, v. 19, n. 3, p.5-49, 1995. Disponível em: <<http://mearsheimer.uchicago.edu/pdfs/A0021.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2020.

MITRANY, D. **A Working Peace System: An Argument for the Functional Development of International Organization**. London: Martin Robertson, 1943.

MONTESQUIEU. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Edições e Publicações Brasil Editora S.A., 1º Vol., 1960.

MORAVCSIK, Andrew. Preferences and Power in the European Community: a liberal intergovernmentalist approach (1993). In: EILSTRUP-SANGIOVANI, Mette. **Debates on European Integration**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006. p. 264-303.

OSTROWSKI, Marius. **Eduard Bernstein on Social Democracy and International Politics: Essays and Other Writings**. Oxford: Palgrave Macmillan, 2018.

REISDOERFER, Bruna Rohr; GOLDONI, Luiz Rogério. F. A Diretiva Europeia sobre Aquisições em Segurança e Defesa: Impactos na Logística de Defesa. **Rev. Carta Inter.**, v. 12, n. 2, p. 76-100, 2017.

ROSAMOND, Ben. **Theories of European Integration**. London: Palgrave Mcmillan, 2000.

SAINT-SIMON, C. H. **Letters from an Inhabitant of Geneva to His Contemporaries**. 1803. Disponível em: < <https://philpapers.org/rec/SAILFA>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SAINT-SIMON, Henry; THIERRY, Augustin. **De La Reorganisation de La Societe Europeenne**. Paris: S.A.R. Monseigneur Le Duc D'Angoulême, 1814. Disponível em: < <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k10497526/f7.image.texteImage>>. Acesso em: 27 jul. 2020.

SPINELLI, Altiero; ROSSI, Ernesto. For a Free and United Europe: a draft manifesto (1941). In: EILSTRUP-SANGIOVANI, Mette. **Debates on European Integration**. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2006. p. 37-42.

SWEDBERG, Richard. Saint-Simon's vision of a united Europe. **European Journal of Sociology**, [s.l.], v. 35, n. 01, p.145-169, maio 1994. Cambridge University Press (CUP).

UNIÃO EUROPEIA. Constituição (2007). Tratado nº 2007/C 306/01, de 17 de dezembro de 2007. **Tratado de Lisboa: que altera o Tratado da União Europeia e o Tratado que institui a Comunidade Europeia**. Bruxelas, Disponível em: <<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:C:2007:306:FULL&from=PT>>. Acesso em: 29 jul. 2020.

Recebido em: janeiro/2020.

Aprovado em: agosto/2020.